

lavez coutinho

PAUTA TRIBUTÁRIA

Setembro 2026

Supremo Tribunal Federal

STF

Limite mensal para a compensação de créditos tributários

ADIs 7.587/DF e 7.609/DF

Por unanimidade, o STF confirmou a constitucionalidade da Lei nº 14.873/2024, que fixa limites mensais escalonados, em até 60 meses, para a compensação de créditos tributários federais reconhecidos judicialmente superiores a R$ 10 milhões.

PIS e Cofins sobre receitas financeiras oriundas das reservas técnicas mantidas por seguradoras

Tema 1.309 (RE 1.479.774)

Por maioria, o STF decidiu que as receitas das aplicações financeiras das reservas técnicas mantidas pelas seguradoras não integram a base de cálculo do PIS e da Cofins, por constituírem investimento obrigatório e vinculado.

Supremo Tribunal Federal

STF

ICMS sobre combustíveis em operações interestaduais

Tema 1.258 (RE 1.362.742)

Por maioria, o STF decidiu que a imunidade do ICMS nas operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo não autoriza a anulação dos créditos de ICMS relativos às operações internas anteriores.

ICMS sobre as saídas destinadas às Áreas de Livre Comércio

ADIs 7.822/SP, 7.830/SP, 7.844/SP e 7.848/SP

Por maioria, o STF decidiu pela inconstitucionalidade da limitação temporal estabelecida pelo Estado de São Paulo para a isenção do ICMS incidente sobre as saídas destinadas às Áreas de Livre Comércio. Para os ministros, após incorporar determinado benefício à sua legislação, o Estado não pode decidir encerrá-lo unilateralmente. Sua revogação deve ser submetida à aprovação do Confaz.

Superior Tribunal de Justiça

STJ

STJ mantém a CPRB na base de cálculo do PIS e da Cofins

Tema Repetitivo 1.276

O STJ estabeleceu que a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) integra a base de cálculo do PIS e da Cofins, por entender que não se aplica à hipótese o racional adotado pelo STF no Tema 69. Segundo o Tribunal, a CPRB constitui tributo direto, cujo ônus é suportado pelo próprio contribuinte, não correspondendo a valor apenas transitório em seu patrimônio.

STJ afasta restituição de PIS e Cofins aos varejistas de cigarros

Tema Repetitivo 1.455

O STJ definiu que os varejistas de cigarros não têm direito à restituição da diferença entre o PIS e a Cofins recolhidos antecipadamente, calculados com base no preço de venda a varejo multiplicado pelos coeficientes legais, e os valores apurados sobre o preço efetivamente praticado. A Corte afastou a aplicação do Tema 228/STF, por entender que a sistemática aplicável ao setor possui disciplina própria, não havendo indébito a ser restituído.

Superior Tribunal de Justiça

STJ

STJ reconhece incidência de IRPJ sobre ganho de capital de FII na venda de cotas de outros fundos

REsp 2.211.684/SP e REsp 2.177.594/SP

A 1ª Turma do STJ decidiu que incide IRPJ sobre o ganho de capital obtido por fundo de investimento imobiliário na alienação de cotas de outros FIIs. Prevaleceu o entendimento de que a isenção dos rendimentos dos FIIs não alcança essa hipótese, pois a legislação prevê tributação específica sobre ganhos obtidos na alienação ou no resgate de cotas, inclusive quando o beneficiário é outro fundo imobiliário.

STJ mantém ICMS, PIS e Cofins na base de cálculo do IPI após julgamento de EDs

Tema Repetitivo 1.304

O STJ rejeitou os Embargos de Declaração opostos pelo contribuinte e manteve a tese anteriormente firmada de que o ICMS, o PIS e a Cofins integram a base de cálculo do IPI. Nos aclaratórios, a Corte reafirmou que o “valor da operação” possui conceito próprio para fins de incidência do imposto e afastou a aplicação do Tema 69/STF, por considerar distintas as materialidades e bases de cálculo envolvidas.

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CARF

CSRF veda a dedução de multas ambientais na apuração do IRPJ

Acórdão nº 9101-007.659

Por voto de qualidade, a 1ª Turma da CSRF manteve a glosa das despesas incorridas com multas ambientais impostas a empresa mineradora em decorrência de rompimento de barragem. Prevaleceu o entendimento de que essas sanções não podem ser enquadradas como despesas necessárias, usuais ou normais para fins de dedução na apuração do IRPJ, de modo que o risco da atividade não abrange o descumprimento da lei. Para a Turma, admitir a dedução significaria repartir com a sociedade o ônus do próprio ilícito.

CARF impede a compensação de imposto de renda pago no exterior sobre dividendos

Acórdão nº 1002-007.793

Por unanimidade, o CARF manteve a glosa de saldo negativo de IRPJ composto pelo pagamento de imposto de renda sobre dividendos que foram tributados exclusivamente no exterior. Os conselheiros entenderam que, para viabilizar essa dedução, os dividendos deveriam ter sido oferecidos à tributação no Brasil, o que não ocorreu no caso concreto.

Tribunal de Impostos e Taxas

TIT

TIT aplica retroatividade benigna da LC nº 236/2026 para reduzir multa em AIIM de ITCMD

AIIM 5036257-4

O caso envolveu autuação por falta de recolhimento de ITCMD na doação de quotas societárias, em que o Fisco majorou a base de cálculo após reclassificar valores registrados como mútuos e dividendos a pagar. Embora o TIT tenha mantido a exigência do imposto, a Câmara aplicou retroativamente a LC nº 236/2026, reduzindo a multa com fundamento no art. 106 do CTN e no novo limite previsto no art. 113-A do CTN. Assim, o Recurso Ordinário foi parcialmente provido para reduzir a penalidade.

Site
www.lavezcoutinho.com.br

Email
contato@lavezcoutinho.com.br

Endereço
Rua Alves Guimarães, 1120
1º andar - Pinheiros | São Paulo/SP

